

1 Contexto operacional

O objeto social da Vulcabras|azaleia S.A. (“Companhia”) compreende o investimento em outras sociedades, a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente, de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas:

- Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
- Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.;
- Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.;
- Globalcyr S.A. (situada no Uruguay);
- Vulcabras|azaleia Argentina S.A. (situada na Argentina);
- Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:
 - Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
 - Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.;
 - Reiziger Participações Ltda.

Assim como possui as seguintes distribuidoras no exterior: Azaléia USA Inc., Calzados Azaléia Colômbia Ltda., Calzados Azaléia Peru S.A. e Vulcabras|azaleia Sporting Goods Índia Private Limited.

As marcas administradas pelas sociedades compreendem:

- Marcas próprias: Azaléia, Dijean, Opanka, Olympikus e Vulcabras.
- Marcas de terceiros: Reebok.

A Administração da Companhia continua executando seus planos operacionais e de reestruturação, com o objetivo de melhorar a rentabilidade da Companhia. A seguir descrevemos as principais ações que influenciaram os resultados de 2014:

- Foco na melhoria da margem bruta que foi de 27,1% em 2014 (20,8% em 2013), em relação à receita operacional líquida;
- Os custos dos produtos vendidos apurados em 2014 tiveram uma melhora permanecendo abaixo do plano e em relação ao ano de 2013 (queda de 12,1%). Esta é uma das ações que tem reflexo diretamente nas margens dos produtos, como consequência da melhoria de eficiência das fábricas;
- O endividamento líquido da Companhia em 2014 foi reduzido em 11,1% em relação ao exercício findo em 2013. Esta política de redução da dívida está alinhada ao planejamento estruturado. Encontra-se em andamento também as ações de alongamento da dívida;

Adicionalmente, ainda encontram-se em andamento outros processos de reestruturação com participação do acionista principal da Companhia, com objetivo de melhorar a liquidez e redução do custo de captação.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (*joint Operations*) pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2015.

2.2 Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão demonstradas na Nota 2.4. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido.

2.3 *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas de IFRS e as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social.

3.1 *Segmento de negócios*

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

3.2 *Ativos mantidos para venda*

A Companhia mantém ativos destinados à venda, classificados no ativo não circulante, os quais são mensurados com base no menor valor entre seu valor contábil e o valor justo, deduzindo dos custos de vendas.

Os ativos têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente. Caso haja indicadores de perda no valor recuperável dos ativos, deverá reconhecer tais perdas nos termos do CPC 01 (R1). Os ativos mantidos para venda não serão depreciados nos termos do CPC 31.

3.3 *Conversão de saldos em moeda estrangeira*

A Administração da Companhia e suas controladas definiram que a moeda funcional, para as empresas localizadas no Brasil, é o real. A controlada direta Vulcabras|azaleia Argentina S.A. possui conversão da moeda corrente originária do seu país (moeda funcional), peso argentino, para o real. A controlada Globalcyr elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui suas seguintes controladas diretas no exterior: Azaleia U.S.A. Inc. e Calçados Azaleia de Colombia Ltda., que possuem conversão da moeda corrente originária de cada país (moeda funcional), dólar norte-americano e peso colombiano, respectivamente, para o real. A Calçados Azaleia Peru elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui a controlada Vulcabras|azaleia Sporting Goods Índia Private Limited no exterior que elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano e também efetua sua conversão para o real.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos nos outros resultados abrangentes. As atualizações da conta de investimentos decorrente da variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, os ajustes decorrentes da variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamentos, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia (Real) na data da transação, ou seja, na data que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou no estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

3.4 *Reconhecimento de receita*

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

3.5 Impostos

a. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, sendo reconhecido como custo de aquisição do ativo ou item de despesa.

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos de venda.

Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado e alíquota de 1% de contribuição previdenciária.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

A controlada, Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., impetrou em junho de 2004 mandado de segurança buscando a exclusão das receitas de exportação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL. Em junho de 2006, foi dado provimento ao recurso de apelação reconhecendo a exclusão na base de cálculo da CSLL, das receitas de exportação, desde julho de 2004. Em março de 2007, a controlada protocolou junto a Receita Federal o pedido de habilitação de crédito reconhecido por sentença judicial transitada em julgado em 9 de novembro de 2006.

3.6 Subvenção governamental

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. Enquanto não atendidos os requisitos previstos no CPC 07 (R1) para reconhecimento no resultado a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo (ou como conta redutora do ativo). As subvenções governamentais estão descritas na Nota 28.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

3.8 Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros não-derivativos, os quais seriam as aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros, incluindo recebíveis relativos a caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação, pelo valor justo por meio do resultado, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia.

Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos a vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos, quando aplicáveis, como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

3.9 Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa (provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis - Impairment)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente usando a taxa efetiva de juros quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros efetiva que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Quando aplicável, os ativos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra a receita operacional líquida no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. O ajuste a valor presente é calculado para o exercício entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de vencimento das duplicatas.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa (*valor recuperável dos recebíveis - impairment*) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia avalia os títulos individualmente levando em consideração o histórico de perda de cada cliente.

3.10 Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas decidiram pelo não registro do custo atribuído por entender que os bens estavam ao seu valor justo quando da aquisição da Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., uma vez que os bens haviam sido reavaliados anteriormente e, portanto, já tinham seus registros pelos valores justos. Da mesma forma, a vida útil dos bens foi revista nos respectivos momentos. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota 13. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3.11 Investimentos

Os investimentos com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com o BRGAAP.

Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajuste a avaliação patrimonial no patrimônio líquido, exceto quando estes investimentos na essência forem uma extensão das atividades da matriz no Brasil, situação em que a variação cambial é reconhecida no resultado.

3.12 Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo. O custo de uma propriedade para investimento comprada compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível.

3.13 Ativo intangível

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia adquiriu cessões de direitos de imagem de várias agremiações e entidades esportivas, que permitem à Companhia comercializar produtos esportivos vinculados a estas marcas, tais como camisas de clube de futebol, tênis personalizados, dentre outros. O valor destes contratos é lançado na conta de ativo intangível e amortizado pelo prazo do contrato. Os royalties pagos sobre as vendas destes produtos são reconhecidos no resultado do exercício à medida que as vendas são realizadas. Com relação à premiações pagas por conquistas de títulos pagos a atletas, clubes e entidades esportivas, os mesmos são provisionados quando as metas são atingidas, em contrapartida do resultado do exercício.

Os gastos relacionados com patrocínios a atletas profissionais, que possuem contrato de exclusividade de uso das marcas administradas pela Companhia, são lançados ao resultado de acordo com o prazo de contrato. Os adiantamentos realizados para estes casos são lançados na conta de despesa antecipada.

ii. Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio foi incluído baseando-se em seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis.

iii. Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil das companhias investidas registradas por equivalência patrimonial.

iv. Amortização

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

3.14 Provisão para recuperação dos ativos de vida longa (Impairment)

Conforme determinações do CPC 01(R1), a Companhia analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente, o ativo imobilizado e o intangível, na data de cada encerramento das demonstrações financeiras. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

3.15 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.16 Aplicação de julgamentos, estimativas e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas. Tais estimativas e premissas relacionadas são baseadas em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados os fatos e circunstâncias. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As premissas chave das estimativas são revisadas de forma contínua. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. As estimativas e premissas com risco de impacto material nos valores de ativos e passivos, dentro do próximo exercício, são discutidas a seguir:

a. Impostos diferidos

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros estimados. Os valores registrados envolvem considerável julgamento da Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo ou passivo fiscal diferido.

b. Teste de valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e os ativos não financeiros, tais como o imobilizado e o intangível, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25, quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

3.17 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado, propriedade para investimento, bens destinados a venda é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

3.18 Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração individual do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, aplicável às companhias abertas. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional.

3.19 Pronunciamentos do IFRS emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após

essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Companhia está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	<u>% Participação direta</u>		<u>% Participação indireta</u>		<u>% Participação total</u>	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	2,00	2,00	98,00	98,00	100,00	100,00
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras azaleia Argentina S.A.	3,96	3,96	96,04	96,04	100,00	100,00
Globalcyr S.A.	1,55	1,55	98,45	98,45	100,00	100,00
Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Azaleia U.S.A. Inc.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia de Colombia Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia Peru S.A.	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11
Reiziger Participações Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras azaleia Sporting Goods Índia Private Limited	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todas as sociedades consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

Joint Operation no Brasil e na Argentina

A Vulcabras|azaleia S.A. e a adidas International B.V. constituíram em 25 de março de 2008 uma “*Joint Operation*” para conduzir os negócios de distribuição de calçados, confecções e acessórios com a marca Reebok, tendo duração prevista até dezembro de 2015.

A Companhia classificou esse negócio em conjunto como *joint operation* considerando que (i) o negócio contratual dá as partes do negócio em conjunto direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados; (ii) tem direito e propriedade sobre os ativos do negócio; (iii) é responsável pelas suas obrigações relacionadas ao negócio em conjunto; e (iv) há critério específico para alocação de receitas e despesas do negócio.

Nesta “*Joint Operation*”, a Vulcabras|azaleia S.A. detém 0,01% de participação, enquanto que a adidas International B.V. possui 99,99%.

A controlada Vulcabras|azaleia Argentina S.A., que também tem os direitos exclusivos de distribuição dos produtos Reebok na Argentina, constituiu uma “*Joint Operation*” em 2 de junho de 2008, denominada Reebok Argentina S.A. para a distribuição dos produtos naquele mercado, basicamente, nos mesmos termos do contrato brasileiro.

Nesta “*Joint Operation*”, a Vulcabras|azaleia Argentina S.A. detém 0,01% de participação, enquanto que a adidas International B.V. possui 99,99%.

O resultado da “*Joint Operation*”, após alocações específicas nos termos contratuais, é dividido entre as sócias Vulcabras|azaleia S.A. e adidas International B.V. na proporção de 50% para cada uma, através de ajustes para refletir a parte que cabe a título de dividendos. Quando este ajuste for favorável a adidas International B.V., é concedido um desconto nos produtos vendidos pela Companhia à Reebok. Quando o ajuste for favorável à Companhia, a mesma emitirá um faturamento complementar à Reebok.

As operações normais de venda da produção da Companhia são faturadas à Reebok através dos custos dos produtos com o adicional de 10%. As despesas fixas referentes às operações da “*Joint Operation*” também são apuradas e faturadas à Reebok conforme previsto no “*Joint Operation Agreement*”.

a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação

Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a Sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados da marca Reebok e Olympikus. Iniciou suas atividades com sede no município de Horizonte, Estado do Ceará, tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos.

Em decorrência da constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e a Vulcabras|azaleia CE, no Brasil, em média 7% do total das vendas do exercício são realizadas para a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram realizadas vendas para a Reebok Argentina S.A..

Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, com a marca Reebok e Olympikus. Iniciou suas atividades em 14 de junho de 2006, com sede na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

Em decorrência da constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e a Vulcabras|azaleia S.A. no Brasil, em média 54% das vendas do exercício são realizadas para a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda.

Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.

A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., foi constituída em 1º de setembro de 2010, com sede na cidade de Itapetinga, estado da Bahia. Seu objetivo é comercializar e distribuir, calçados e confecções com as marcas Olympikus, Azaléia, Dijean, Opanka e Vulcabras. Iniciou suas atividades no terceiro trimestre de 2011.

Vulcabras|azaleia Argentina S.A.

A Vulcabras|azaleia Argentina S.A. é responsável pela comercialização e distribuição varejista de calçados e confecções, com a marca Reebok e Olympikus no mercado argentino, tendo como principal fornecedor a sua controladora Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Iniciou suas atividades com sede na cidade de Buenos Aires, na Argentina, e tem como objeto social o comércio e a distribuição de calçados.

Em decorrência da constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e a Vulcabras|azaleia Argentina S.A., na Argentina, em média 58% do total das vendas do exercício são realizadas para a Reebok Argentina S.A..

Globalcyr S.A.

A Globalcyr S.A. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, com as marcas Olympikus, Reebok, Azaléia, Dijean, Opanka, e Vulcabras no mercado uruguaio, tendo como principal fornecedor a Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Iniciou suas atividades com sede na cidade de Montevideu, no Uruguai, e tem como objeto social o comércio e a distribuição de calçados. Atualmente, a Globalcyr S.A. encontra-se com as suas operações paralisadas.

Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., indústria brasileira de calçados, localizada na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário, couros e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes, estes para o seu próprio consumo e venda a terceiros.

Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados e artigos esportivos, com as marcas Olympikus, Azaléia, Dijean, Opanka e Botas. Constituída em 3 de agosto de 1995, com sede na cidade de Itapetinga, no Estado da Bahia.

Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados e artigos esportivos, com as marcas Azaléia e Dijean. Constituída em 08 de outubro de 1992, inicialmente na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, passou a operar na cidade de Frei Paulo, no Estado de Sergipe a partir de 06 de fevereiro de 2003.

Calzados Azaleia Peru S.A.

A Calzados Azaleia Peru S.A. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos das marcas Olympikus, Azaleia, Dijean e Opanka no mercado peruano. Adquirida no final de 1998, iniciou as atividades de importação e comercialização das marcas da empresa em 1999.

Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.

A Calzados Azaleia de Colômbia Ltda é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos das marcas Olympikus, Azaleia, Dijean e Opanka no mercado colombiano. Iniciou naquele país em 1999 como escritório, passando a importar e comercializar as marcas da Vulcabras|azaleia S.A. em 2000.

Vulcabras|azaleia Sporting Goods Índia Private Limited

Vulcabras|azaleia Sporting Goods Índia Private Limited, iniciou naquele país em 2011 como escritório passando a fabricação de cabedais. Atualmente, não possui atividade operacional.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos dos exercícios das sociedades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as sociedades. Os prejuízos entre as companhias que indicam uma redução no valor recuperável de ativos não são eliminados na consolidação;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de resultado não realizado apresentado como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado – IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos conta movimento	16.979	31.515	2	12
CDBs Fluxo de caixa	3.652	9.223	-	71
Outros disponíveis – Exterior	7.681	5.934	-	-
Poupança	2.330	-	-	-
	<u>30.642</u>	<u>46.672</u>	<u>2</u>	<u>83</u>

Caixa e equivalentes de caixa são remunerados a taxas flutuantes, baseadas no Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações que remuneram o saldo de conta corrente (CDB Fluxo de Caixa) são efetuadas conforme disponibilidade de saldo bancário e os resgates ocorrem conforme necessidades imediatas do caixa da Companhia.

Essas aplicações referem-se, exclusivamente, a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários, pós-fixados, remunerados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, à rentabilidade média de 10% a 90% e estão destinados à negociação imediata e disponíveis para utilização nas operações da Companhia. Ressaltamos que tais aplicações têm liquidez diária, independentemente de seu prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo e sem perdas de seus rendimentos. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Aplicações financeiras

	Consolidado – IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Aplicações financeiras no país:				
CDBs pós-fixados	8.395	8.422	10	2
Títulos de capitalização	2.615	2.598	-	-
Títulos disponíveis para venda - Ações	843	1.227	-	288
	<u>11.853</u>	<u>12.247</u>	<u>10</u>	<u>290</u>
Circulante	10.185	10.024	8	-
Não circulante	1.668	2.223	2	290

Os títulos disponíveis para venda referem-se a aplicações em ações e quotas de fundos de investimento, disponíveis para a venda e avaliados a valor justo, com efeito em outros resultados abrangentes. As quotas de fundos de investimentos foram disponibilizadas pelos respectivos administradores e refletem o valor de mercado destes ativos financeiros. As ações foram valorizadas de acordo com a cotação da Bovespa, na data do balanço.

As controladas têm a intenção e capacidade de manutenção dos CDBs até as datas de vencimento, razão pela qual foram classificados como ativos financeiros mantidos até vencimento. Do saldo de CDBs pós-fixados em 2014, o montante de R\$ 6.732 (R\$ 6.143 em 2013) está atrelado a garantias, portanto, não tem liquidez diária e foram remunerados a taxas que variam entre 99,0% a 100,0% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 Contas a receber de clientes

a. Composição dos saldos

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Contas a receber				
No país:				
Partes relacionadas	40.630	5.539	-	-
Clientes	<u>246.240</u>	<u>229.976</u>	<u>-</u>	<u>2.182</u>
	<u>286.870</u>	<u>235.515</u>	<u>-</u>	<u>2.182</u>
No exterior:				
Partes relacionadas	67.117	63.861	-	-
Clientes	<u>63.852</u>	<u>75.087</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>130.969</u>	<u>138.948</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Subtotal do contas a receber de clientes	417.839	374.463	-	2.182
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(18.596)</u>	<u>(19.600)</u>	<u>-</u>	<u>(2.182)</u>
Total do contas a receber de clientes, líquido	<u>399.243</u>	<u>354.863</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

b. Por vencimento

	Consolidado - IFRS	
	2014	2013
A vencer		
1 a 30 dias	141.439	121.507
31 a 60 dias	98.836	116.499
61 a 90 dias	36.547	49.574
Acima de 90 dias	114.569	57.937
	<u>391.391</u>	<u>345.517</u>
Vencidos		
1 a 30 dias	7.110	7.149
31 a 60 dias	908	1.187
61 a 90 dias	2.781	1.010
Acima de 90 dias	15.649	19.600
	<u>26.448</u>	<u>28.946</u>
	<u>417.839</u>	<u>374.463</u>

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 2014 é de R\$ 18.596 (R\$ 19.600 em 2013) que representa os critérios descritos conforme mencionado no item (c) abaixo.

c. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

O critério adotado para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi baseado nos títulos vencidos há mais de 90 dias e, na análise individual do saldo de cada cliente, pois essa provisão deve ser feita para cobrir as perdas estimadas na cobrança do contas a receber de clientes, constituídas em montantes julgados suficientes.

d. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está demonstrada a seguir:

	Consolidado – IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	(19.600)	(19.193)	(2.182)	(2.282)
Complemento de provisão	(1.209)	(803)	-	-
Recuperação, baixa de créditos e outros	2.213	396	2.182	100
Saldo final	<u>(18.596)</u>	<u>(19.600)</u>	<u>-</u>	<u>(2.182)</u>

e. Concentração da carteira

Consolidado – IFRS				
	2014		2013	
Cientes (partes não relacionadas)				
Maior cliente	17.349	4%	12.331	3%
2º a 11º maiores clientes	50.174	12%	41.215	11%
12º a 50º maiores clientes	42.644	10%	33.895	9%
Outros clientes	199.925	48%	217.622	58%
	310.092	74%	305.063	81%
Partes relacionadas	107.747	26%	69.400	19%
Total da carteira de clientes	417.839	100%	374.463	100%

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos circulantes e não circulantes. As contas a receber de curto prazo foram trazidas a valor presente em 2014 com base na taxa SELIC e o resultado dessa avaliação não apresenta diferenças significativas, face ao curto prazo médio de recebimento, em torno de 72 dias (60 dias em 2013) da maioria dos créditos da Companhia e de suas controladas. Por esta razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na Nota 26.

8 Estoques

Consolidado - IFRS		
	2014	2013
Produtos acabados	89.893	99.013
Produtos em elaboração	29.295	30.696
Matérias primas	122.508	87.136
Material de embalagem e almoxarifado	15.580	14.258
Mercadorias em trânsito	9.518	6.487
Importações em andamento	26.518	11.576
Provisão para perdas na realização	(27.902)	(41.329)
	<u>265.410</u>	<u>207.837</u>

a. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

As sociedades controladas, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para perdas na realização dos estoques. Nos estoques de matérias primas e produtos intermediários foi provisionada a totalidade dos itens sem movimentação há mais de 180 dias. Nos estoques de produtos acabados foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente às perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa. Em 2014, a provisão para perdas de produtos acabados é de R\$ 2.288 (R\$ 7.254 em 2013), a provisão para perdas sobre as matérias-primas é de R\$ 14.714 (R\$ 22.417 em 2013) e a provisão para perdas de produtos intermediários é de R\$ 10.900 (R\$ 11.658 em 2013).

O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$ 923.247 em 2014 (R\$ 1.050.703 em 2013).

b. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação da provisão para perdas na realização do estoque no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está demonstrada a seguir:

	Consolidado – IFRS	
	2014	2013
Saldo inicial	(41.329)	(45.113)
Provisão/ Estorno de provisões	13.427	3.784
Saldo final	<u>(27.902)</u>	<u>(41.329)</u>

9 Impostos a recuperar correntes e diferidos

a. Impostos a recuperar correntes

	Consolidado – IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
ICMS	1.977	3.194	23	25
IPI	754	2.011	-	-
Imposto de renda e contribuição social – antecipação	1.646	1.265	67	1
PIS/COFINS	1.168	2.129	-	-
PROAPI/ PROCOMEX a recuperar (i)	-	12.310	-	-
Créditos fiscais em outros países (ii)	9.074	13.553	-	-
Finsocial	2.528	2.370	1.973	1.816
Outros	<u>2.122</u>	<u>6.992</u>	<u>388</u>	<u>357</u>
	<u>19.269</u>	<u>43.824</u>	<u>2.451</u>	<u>2.199</u>
Circulante	8.312	28.991	478	384
Não circulante	10.957	14.833	1.973	1.815

- (i) PROAPI – Programa de Incentivos às Atividades Portuárias do Ceará. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu os valores do incentivo fiscal decorrente do encerramento do contrato em maio de 2013.
- (ii) Os créditos fiscais em outros países referem-se, principalmente, a valores contabilizados na controlada Vulcabras|azaleia Argentina S.A., sendo originários dos “impuesto de las gannacias” e “IVA”, que serão compensados com resultados futuros, e estão classificados como circulante e não circulante.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O ativo fiscal diferido, líquido de impostos diferidos passivos tem a seguinte origem:

	Consolidado – IFRS	
	2014	2013
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	44.543	44.543
Contribuição social diferida ativa sobre base negativa	14.198	14.198
Provisão para realização do imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	(44.543)	(44.543)
Provisão para realização da contribuição social diferida sobre base negativa	(14.198)	(14.198)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Diferenças temporais no exercício		
Reavaliação de imobilizado	(5.374)	(6.083)
Imposto de renda diferido – controlada no exterior	8.201	7.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	2.827	1.447
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	8.201	7.530
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(5.374)	(6.083)

As controladas no Brasil tem o valor de imposto de renda diferido ativo contabilizado de R\$ 58.741 e uma provisão para recuperação de R\$ (58.741), permanecendo os impostos diferidos passivos sobre reavaliação do imobilizado no valor de R\$ (5.374) e impostos diferidos ativos de controlada no exterior no valor de R\$ 8.201.

Conforme descrito na Nota 1, a Companhia está passando por uma fase de reestruturação e análise de projeções de lucro tributável futuro. Desta forma, o Conselho de Administração optou pela constituição de 100% de provisão para recuperabilidade dos impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa.

O imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes contabilizados no resultado tem a seguinte composição:

	Consolidado – IFRS	
	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(1.087)	(418)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	4.760	29
	3.673	(389)

c. Prejuízos fiscais a compensar

A Companhia e suas controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., Reiziger Participações Ltda. e Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda diferidos. A Administração está monitorando periodicamente as renovações dos incentivos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a controladora e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

	2014								
	Vulcabras a zaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaléia S.A	Vulcabras Distribuido ra de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras a zaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Reiziger Participa ções Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Total
Prejuízos fiscais apurados	365.206	136.271	46.327	192.731	583.345	108.323	44.799	7.339	<u>1.484.341</u>
Base negativa de contribuição social	1.048.162	138.385	46.327	225.518	594.706	108.421	44.799	7.339	<u>2.213.657</u>
	2013								
	Vulcabras a zaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaléia S.A	Vulcabras Distribuido ra de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras a zaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Reiziger Participa ções Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Total
Prejuízos fiscais apurados	284.737	136.267	43.359	173.807	558.308	80.707	44.777	4.567	<u>1.326.529</u>
Base negativa de contribuição social	926.155	138.381	43.359	206.594	558.563	80.805	44.777	4.567	<u>2.003.201</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Em 2014, a Lei 13.043/2014, em seu Artigo 33, trouxe a possibilidade de quitar até 70% do saldo de parcelamentos tributários federais ativos com a utilização de prejuízos fiscais e/ou base negativa de CSLL. As empresas Vulcabras|azaleia CE e Vulcabras|azaleia BA aderiram a esse benefício e quitaram parcelamentos tributários parcialmente (70%) com prejuízos fiscais, gerando créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos, no resultado corrente, nos montantes de R\$ 1.468 e R\$ 2.776, respectivamente.

Medida provisória 627/13 convertida em Lei

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013 e optou por adotar a extinção do RTT para o ano-calendário 2015.

10 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários (Nota 18), conforme demonstrados a seguir:

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Depósitos judiciais				
Cíveis	379	398	122	151
Trabalhistas	29.257	26.127	1.060	1.089
Tributários	6.484	16.416	96	77
Total	<u>36.120</u>	<u>42.941</u>	<u>1.278</u>	<u>1.317</u>

Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se, principalmente, à hora extra, adicional noturno, férias, equiparação salarial e doença do trabalho.

Os depósitos judiciais trabalhistas dizem respeito, em sua maioria, aos valores depositados nos autos referentes a recursos ordinários, recursos de revista, depósitos em garantia e penhora on line de parte dos processos trabalhistas em execução.

Cíveis

Os processos cíveis, em sua maior parte, têm como objetos pedidos de indenizações por danos materiais e/ou morais, principalmente, nos casos de (i) acidentes de trabalho; ou (ii) causados por defeito da fabricação de produtos. Os depósitos judiciais cíveis são relativos a estes processos, realizados como garantia para a discussão dos valores nos mesmos pleiteados.

Tributária

Os depósitos judiciais tributários referem-se à ação em que as empresas do grupo Vulcabras|azaleia são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com seus administradores, suas controladoras e *Joint Operation* no Brasil e na Argentina.

Na Companhia e suas controladoras, os contratos de mútuo não possuem vencimento pré-determinado e são atualizados por taxa DI-CETIP.

a. Transações com controladora

As transações entre a controladora e controladas, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, assim representadas:

	Controladora com suas controladas e Joint Operation			
	Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Reebok Produtos Esportivos Ltda.	2014	2013
Ativo				
Partes relacionadas	-	869	869	811
			2014	2013
Resultado				
Outras despesas e receitas operacionais	2.400	-	2.400	2.400
Despesas financeiras, líquidas	-	58	58	590
Parte relacionada	Principal natureza das transações			
Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Aluguel			
Reebok Produtos Esportivos Ltda.	Empréstimos			

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém com os controladores e com sua controlada, Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., mútuo nos montantes de R\$ 37.000 e R\$ 457, respectivamente, classificados no passivo não circulante, destinado a cobrir necessidades temporárias de caixa, sem encargos financeiros.

b. Operações entre sociedades controladas

Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas

A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados a cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

Controlada Vulcabras azaleia CE com suas controladas					
	Vulcabras azaleia RS Consolidado	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras azaleia Argentina S.A.	2014	2013
Ativo					
Contas a receber	14.777	-	20.111	34.888	14.436
Outros créditos	1.480	-	-	1.480	841
Adiantamento para futuro aumento de capital	113.983	66.910	-	180.893	87.299
Passivo					
Contas a pagar	27.890	-	-	27.890	13.467
Outros débitos	225	-	-	225	216
Mútuos a pagar	7.361	252	-	7.613	3.373
				2014	2013
Resultado					
Vendas diversas - Operações mercantis	27.890	-	33.177	61.067	60.383
Compras diversas - Operações mercantis	20.263	1	-	20.264	28.019
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	547	2	-	549	530

Parte relacionada	Principal natureza das transações
Vulcabras azaleia RS	Operações mercantis de compra e venda de calçados e confecções e mútuos e Adiantamento para futuro aumento de capital
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda	Mútuos e Adiantamento para futuro aumento de capital
Vulcabras azaleia Argentina S.A	Operações mercantis de venda de calçados e confecções

A Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com os controladores um mútuo no montante de R\$ 130.150 em 31 de dezembro de 2014, classificados no passivo não circulante, destinado a cobrir necessidades temporárias de caixa, sem encargos financeiros.

Controladas e Joint operation ()*

	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia Argentina S.A.	2014	2013
Ativo					
Contas a receber	40.630	14	67.103	107.747	69.400
Partes relacionadas	-	16.766	-	16.766	15.646
Passivo					
Outras contas a pagar	-	35.314	-	35.314	26.216
				2014	2013
Resultado					
Receita bruta de vendas	35.974	51.026	146.196	233.196	260.370
Receita de juros de mútuo	-	1.120	-	1.120	1.120

Parte relacionada	Principal natureza das transações
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda	Operações mercantis de venda de calçados e confecções
Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Operações mercantis de venda de calçados e confecções e mútuos
Vulcabras azaleia Argentina S.A.	Operações mercantis de venda de calçados

(*) Essas transações não são eliminadas na consolidação e, portanto, estão compondo os saldos apresentados no consolidado. Correspondem às transações das controladas com a *Joint Operation*, Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda e Reebok Argentina S.A.

A Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. produz e vende os calçados da marca Reebok para as sociedades:

- Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda.: Em 2014, estava representado por um adiantamento no valor de R\$ 35.314 (R\$ 26.216 em 2013). A receita desses produtos vendidos representava, em 2014, o montante de R\$ 51.026 (R\$ 48.665 em 2013); e
- Reebok Argentina S.A.: Em 2014, estava representado por um saldo a receber de R\$ 14 (R\$ 4.568 em 2013). A receita desses produtos vendidos representava, em 2014, o montante de R\$ 0 (R\$ 23.247 em 2013).

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. vende calçados e confecções importadas da marca Reebok para a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda., que em 2014, estava representado por um saldo a receber de R\$ 40.630 (R\$ 5.539 em 2013). A receita desses produtos vendidos representava, em 2014, o montante de R\$ 35.974 (R\$ 5.684 em 2013).

A Vulcabras|azaleia Argentina S.A. produz e vende os calçados da marca Reebok para a Reebok Argentina S.A., que em 2014, estava representado por um saldo a receber de R\$ 67.103 (R\$ 59.293 em 2013). A receita desses produtos vendidos representava, em 2014, o montante de R\$ 146.196 (R\$ 182.774 em 2013).

Os valores de “partes relacionadas” são oriundos da devolução de participação, a título de cessão de créditos entre a Companhia e sua controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos e

Esportivos S.A. junto a Adidas International quando da criação da Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda. Os valores estão atualizados a taxa de 12% a.a. previsto em contrato. A expectativa da Administração é de que o saldo do empréstimo seja liquidado até 2015.

c. Preço de transferência

A Companhia e suas controladas analisam anualmente o preço de transferência, principalmente, nas operações entre as controladas brasileiras, Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., com as controladas Vulcabras|azaleia Argentina S.A., Calçados Azaléia Colômbia Ltda. e Calçados Azaléia Peru S.A., localizadas na Argentina, Colômbia e Peru, respectivamente.

d. Remuneração da Administração

Em 28 de abril de 2014, o Conselho de Administração da Companhia em Assembléia Geral Ordinária, fixou em até R\$ 9.590, a remuneração global anual dos Administradores, que será rateada em posterior deliberação do Conselho da Administração. No exercício findo de 2014, a Companhia pagou remuneração a seus Administradores no montante de R\$ 6.755 (R\$ 4.252 em 2013).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 2014 e 2013, a Companhia não pagou a suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

12 Investimentos

a. Composição do saldo

	Consolidado – IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Participações societárias permanentes:				
Em controladas (d)	-	-	310.522	273.483
Em coligadas	25.676	24.396	-	-
Outros investimentos	279	111	1	1
	<u>25.955</u>	<u>24.507</u>	<u>310.523</u>	<u>273.484</u>

A controlada Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem participação de 25% na coligada PARS Participações Ltda., que por sua vez detém 62,49% na Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. Considerando que a Companhia tem apenas influência significativa, este investimento não é consolidado nas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 36 (R3).

b. Movimentação dos investimentos

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Saldos iniciais	24.507	23.609	273.484	11.109
Equivalência patrimonial (*)	1.448	898	933	18.587
Adiantamento para futuro aumento de capital em investida	-	-	36.106	243.788
Saldos finais	25.955	24.507	310.523	273.484

(*) Inclui o valor de equivalência patrimonial líquido do efeito da variação cambial de suas controladas no exterior, contabilizado diretamente no patrimônio líquido da controladora, como consequência, não afeta a equivalência patrimonial registrada no resultado.

c. Conciliação da equivalência patrimonial

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Equivalência patrimonial (resultado)	1.448	898	(73.846)	(124.380)
Passivo a descoberto de controladas (passivo)	-	-	74.893	145.802
Variação cambial - controladas no exterior (patrimônio líquido)	-	-	(114)	(2.835)
Equivalência patrimonial, líquida (investimento)	1.448	898	933	18.587

d. Dados sobre participações diretas - Controladora

	Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.		Vulcabras azaleia Argentina S.A.		Globaleyr S.A.		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativo total	856.830	743.867	93.049	34.022	175.475	180.485	101	3.060	-	-
Passivo total	769.918	618.206	39.682	11.235	127.555	140.704	3.795	4.346	-	-
Capital social	856.092	553.283	10.000	10.000	62.972	62.972	1.056	1.056	-	-
Receita líquida	603.072	590.624	54.303	25.516	230.102	292.955	-	-	-	-
Resultado do exercício	(74.877)	(124.425)	(2.025)	(12.024)	11.448	(9.939)	(2.159)	(496)	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	247.180	54.308	10.000	10.000	145.143	145.143	647	647	-	-
Patrimônio líquido	86.913	125.661	53.368	22.787	47.920	39.781	(3.694)	(1.286)	-	-
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,99%	99,99%	2,00%	2,00%	3,96%	3,96%	1,55%	1,55%	-	-
Participação societária permanente em controladas	82.104	-	1.067	455	1.896	1.575	-	-	85.067	2.030
Provisão para passivo descoberto de controlada	-	(145.792)	-	-	-	-	-	(20)	(145.812)	(145.812)
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.752	271.453	-	-	-	-	-	-	4.752	271.453
Resultado de equivalência patrimonial	(74.877)	(124.425)	612	446	453	(393)	(34)	(8)	(73.846)	(124.380)

e. Dados sobre as participações indiretas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de suas controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia Argentina S.A.:

Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

2014	Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia Argentina S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A
Ativo total	315.951	175.475	93.180	101
Passivo total	230.178	127.555	39.813	3.795
Capital social	266.000	62.972	10.000	1.056
Patrimônio líquido	85.772	47.920	53.368	(3.694)
Receita líquida	35.836	230.102	54.303	-
Resultado do exercício	(46.120)	11.448	(2.025)	(2.159)
Participação no capital social	100,00%	96,04%	98,00%	98,45%

2013	Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia Argentina S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A
Ativo total	296.662	180.485	34.022	3.060
Passivo total	228.498	140.704	11.235	4.346
Capital social	266.000	62.972	10.000	1.056
Patrimônio líquido	68.164	39.781	22.787	(1.286)
Receita líquida	17.675	292.955	25.516	-
Resultado do exercício	(72.921)	(9.939)	(12.024)	(496)
Participação no capital social	100,00%	96,04%	98,00%	98,45%

Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

	Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Reiziger Participações Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda(*)	PARS Participações Ltda.	Vulcabras azaleia Sporting Goods Índia Private Limited(*)	Calzados Azaleia de Colombia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calzados Azaleia Peru S.A.
2014									
Ativo total	280.766	63.032	1.874	8.173	102.705	193	13.092	4.833	30.496
Passivo total	120.552	106.812	12.023	14.999	1	21	7.941	-	6.917
Capital social	454.575	14.750	3.000	10	36.116	5.788	841	19.385	1.072
Patrimônio líquido	160.214	(43.780)	(10.149)	(6.826)	102.704	172	5.151	4.833	23.579
Receita líquida	313.637	79.040	-	14.660	-	-	28.550	-	52.087
Resultado do exercício	574	(28.193)	(197)	(2.795)	1.421	(2.648)	191	(87)	1.084
Participação no capital social	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	25,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

(*) Participação indireta.

	Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Reiziger Participações Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda(*)	PARS Participações Ltda.	Vulcabras azaleia Sporting Goods Índia Private Limited(*)	Calçados Azaleia de Colombia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calçados Azaleia Peru S.A.
2013									
Ativo total	291.896	91.823	2.046	6.338	96.911	5.217	13.563	4.348	28.527
Passivo total	155.465	104.397	12.021	10.910	1	2.537	6.432	-	8.799
Capital social	454.575	14.750	3.000	10	36.116	5.788	841	19.385	1.072
Patrimônio líquido	136.431	(12.574)	(9.975)	(4.572)	96.910	2.680	7.131	4.348	19.728
Receita líquida	350.644	143.620	-	10.073	-	-	28.736	-	46.253
Resultado do exercício	(56.972)	(3.478)	(299)	(2.242)	3.596	(707)	243	(53)	(420)
Participação no capital social	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	25,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

(*) Participação indireta.

13 Imobilizado

a. Composição da conta

	Taxa média de Depreciação % a.a.	Consolidado – IFRS			
		2014			31/12/13
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	2 a 4	133.150	(66.167)	66.983	71.139
Máquinas e equipamentos	10	358.317	(266.410)	91.907	111.947
Moldes	100	272.016	(249.609)	22.407	28.217
Móveis e utensílios	10 a 20	25.124	(18.302)	6.822	7.759
Veículos	20	2.136	(1.817)	319	356
Equipamentos de computação	20 a 25	23.183	(19.533)	3.650	3.466
Terrenos	-	4.410	-	4.410	4.490
Obras em andamento	-	724	-	724	3.605
Instalações industriais	10	44.260	(29.316)	14.944	14.185
Benfeitorias em bens de terceiros	10 a 20	545	(515)	30	82
Importações em andamento	-	135	-	135	33
Adiantamentos a fornecedores	-	9	-	9	118
Outros	10 a 20	<u>9.867</u>	<u>(6.000)</u>	<u>3.867</u>	<u>3.349</u>
		<u>873.876</u>	<u>(657.669)</u>	<u>216.207</u>	<u>248.746</u>

b. Movimentação do custo

	Consolidado – IFRS				
	2013	2014			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Variação Cambial
Edificações	133.125	1.137	(2.061)	582	367
Máquinas e equipamentos	359.494	6.150	(7.326)	-	(1)
Moldes	250.861	35.309	(8.293)	(5.861)	-
Móveis e utensílios	24.738	739	(482)	-	129
Veículos	2.093	71	(6)	-	(22)
Equipamentos de computação	22.078	2.357	(1.420)	-	168
Terrenos	4.490	102	(182)	-	-
Obras em andamento	3.605	1.771	(1.269)	(3.400)	17
Instalações industriais	40.758	1.189	(191)	2.504	-
Benfeitorias em bens de terceiros	605	75	(135)	-	-
Importações em andamento	33	360	(258)	-	-
Adiantamentos a fornecedores	118	46	(155)	-	-
Outros	8.889	1.296	(497)	-	179
	<u>850.887</u>	<u>50.602</u>	<u>(22.275)</u>	<u>(6.175)</u>	<u>837</u>
					<u>873.876</u>

Em 2013

	Consolidado – IFRS			
	2012	2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Edificações	131.507	3.106	(1.488)	-
Máquinas e equipamentos	365.370	3.054	(8.930)	-
Moldes	228.725	34.587	(12.451)	-
Móveis e utensílios	24.208	1.320	(790)	-
Veículos	2.437	50	(394)	-
Equipamentos de computação	20.230	2.332	(484)	-
Terrenos	4.873	-	(383)	-
Obras em andamento	2.783	6.041	(5.160)	(59)
Instalações industriais	40.280	523	(45)	-
Benfeitorias em bens de terceiros	639	-	(34)	-
Importações em andamento	11	485	(522)	59
Adiantamentos a fornecedores	3	115	-	-
Aeronave	5.077	-	(5.077)	-
Outros	9.764	1.355	(2.230)	-
	<u>835.907</u>	<u>52.968</u>	<u>(37.988)</u>	<u>-</u>
				<u>850.887</u>

c. Movimentação da depreciação

Em 2014

	Consolidado – IFRS				
	2013	2014			
		Adições	Baixas	Variação Cambial	Saldo final
	Saldo inicial				
Edificações	(61.986)	(4.456)	294	(19)	(66.167)
Máquinas e equipamentos	(247.547)	(23.401)	4.538	-	(266.410)
Moldes	(222.644)	(31.498)	4.533	-	(249.609)
Móveis e utensílios	(16.979)	(1.683)	281	79	(18.302)
Veículos	(1.737)	(79)	3	(4)	(1.817)
Equipamentos de computação	(18.612)	(1.327)	389	17	(19.533)
Instalações industriais	(26.573)	(2.763)	20	-	(29.316)
Benfeitorias em bens de terceiros	(523)	(53)	61	-	(515)
Outros	(5.540)	(450)	33	(43)	(6.000)
	(602.141)	(65.710)	10.152	30	(657.669)

Em 2013

	Consolidado – IFRS				
	2012	2013			
		Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
	Saldo inicial				
Edificações	(57.724)	(4.353)	91	-	(61.986)
Máquinas e equipamentos	(231.698)	(24.949)	9.100	-	(247.547)
Moldes	(198.649)	(34.576)	10.581	-	(222.644)
Móveis e utensílios	(15.768)	(1.614)	403	-	(16.979)
Veículos	(1.966)	(90)	319	-	(1.737)
Equipamentos de computação	(16.785)	(2.040)	213	-	(18.612)
Instalações industriais	(23.885)	(2.701)	13	-	(26.573)
Benfeitorias em bens de terceiros	(561)	(19)	57	-	(523)
Aeronave	(5.077)	-	5.077	-	-
Outros	(5.919)	(853)	1.232	-	(5.540)
	(558.032)	(71.195)	27.086	-	(602.141)

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato.

Em 2014, a Companhia possui saldos contábeis de bens que foram dados como garantia de financiamentos referentes a: edificações no valor de R\$ 66.983 (R\$ 71.139 em 2013); máquinas e equipamentos no valor de R\$ 91.907 (R\$ 111.947 em 2013); e terrenos no valor de R\$ 4.410 (R\$ 4.490 em 2013). Vide detalhes Nota 17.

A Companhia e suas controladas decidiram pelo não registro do custo atribuído por entender que os bens estavam ao seu valor justo quando da aquisição da Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. uma vez que os bens haviam sido reavaliados anteriormente e, portanto, já tinham seus registros pelos valores justos. Da mesma forma a vida útil dos bens foi revista em 31 de dezembro de 2014. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

14 Intangível

a. Composição da conta

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Vida útil definida				
Software	27.493	26.964	785	785
Cessão de direito (d)	81.439	90.152	-	-
Amortização acumulada – Software	(24.779)	(22.360)	(785)	(785)
Amortização acumulada - Cessão de direito	(70.027)	(69.879)	-	-
	<u>14.126</u>	<u>24.877</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Vida útil indefinida				
Marcas e patentes	2.084	2.075	111	111
Ágio (e)	<u>199.848</u>	<u>199.848</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>201.932</u>	<u>201.923</u>	<u>111</u>	<u>111</u>
	<u>216.058</u>	<u>226.800</u>	<u>111</u>	<u>111</u>

A amortização mensal dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado no grupo de custos das vendas (Software industrial) e despesas de vendas (Cessão de direitos).

b. Movimentação do custo

Em 2014

	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Consolidado – IFRS				Saldo em 2014
			Saldo em 2013	Adições	Baixas	Variação Cambial	
Vida útil definida							
Software	10 anos	Linear	26.964	1.283	(758)	4	27.493
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	90.152	479	(9.221)	29	81.439
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	Indefinida	-	2.075	9	-	-	2.084
Ágio	-	-	<u>199.848</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>199.848</u>
Total			<u>319.039</u>	<u>1.771</u>	<u>(9.979)</u>	<u>33</u>	<u>310.864</u>

Em 2013

Consolidado – IFRS						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/12	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/13
Vida útil definida						
Software	10 anos	Linear	26.059	1.775	(870)	26.964
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	73.461	18.706	(2.015)	90.152
Vida útil indefinida						
Marcas e patentes	Indefinida	-	1.662	413	-	2.075
Ágio	-	-	199.848	-	-	199.848
Total			<u>301.030</u>	<u>20.894</u>	<u>(2.885)</u>	<u>319.039</u>

c. Movimentação da Amortização**Em 2014**

Consolidado – IFRS							
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 2013	Adições	Baixas	Variação Cambial	Saldo em 2014
Vida útil definida							
Software	10 anos	Linear	(22.360)	(2.942)	523	-	(24.779)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	<u>(69.879)</u>	<u>(7.133)</u>	<u>6.995</u>	<u>(10)</u>	<u>(70.027)</u>
Total			<u>(92.239)</u>	<u>(10.075)</u>	<u>7.518</u>	<u>(10)</u>	<u>(94.806)</u>

Em 2013

Consolidado – IFRS						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 2012	Adições	Baixas	Saldo em 2013
Vida útil definida						
Software	10 anos	Linear	(20.696)	(2.464)	800	(22.360)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	<u>(62.776)</u>	<u>(7.455)</u>	<u>352</u>	<u>(69.879)</u>
Total			<u>(83.472)</u>	<u>(9.919)</u>	<u>1.152</u>	<u>(92.239)</u>

d. Cessão de direito

- Refere-se ao contrato de licenciamento de marca e simbologia na confecção, bem como venda de produtos com fornecimento de materiais esportivos, com propaganda e outras avenças celebrados com o clube de futebol Cruzeiro Esporte Clube pelo prazo de 36 meses pelo qual se encerrou em 2014. Este contrato é aditado na medida em que ocorrem seu vencimento e a Companhia possui preferência na negociação, com isso as controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. obrigam-se ao:

- d.1** Pagamento de percentual das vendas de réplicas dos uniformes a título de royalties com garantia de mínimos anuais;
- d.2** Fornecimento ao clube de determinadas quantidades anuais de peças dos produtos licenciados para divulgação da marca Olympikus, dentro dos padrões de qualidade, com nome do patrocinador institucional e dentro das Normas Consolidadas do Futebol Brasileiro editadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF);
- d.3** Pagamento de prêmios por conquistas de campeonatos regionais, nacionais e internacionais;
e
- d.4** Pagamento de determinadas verbas anuais de marketing.

A cessão de direito se caracteriza pela divulgação da marca com exclusividade pelo Cruzeiro Esporte Clube e CBV (Confederação Brasileira de Vôlei). A Companhia avalia periodicamente o retorno de cada contrato.

e. Ágio na combinação de negócio

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias, contabilizado na subsidiária Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas; em 2009, deixaram de ser amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade, conforme Nota 15.

f. Pesquisa e desenvolvimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou no resultado na rubrica “custo dos produtos vendidos” o montante de R\$ 21.014 (R\$ 22.641 em 2013), que refere-se à pesquisa e desenvolvimento.

15 Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis

a. Tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

O teste de recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida não resultou na

necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, visto que o valor recuperável excede o valor líquido na data da avaliação.

b. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 199.848 em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de licenças e ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

O teste de recuperação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, visto que o valor recuperável excede o valor líquido na data da avaliação.

c. Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis considerou-se a Vulcabras|azaleia S.A. como uma única unidade geradora de caixa.

A Companhia realizou teste de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis em 31 de dezembro de 2014 por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 6 (seis) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se o IGPM-FGV de 5,51%.

A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas:

Receitas

O volume e o preço de venda foram projetados mês a mês tomando como base o potencial de compra de cada cliente de suas regiões de atuação.

Após a consolidação dos dados foram feitas revisões até que se obtivesse a melhor projeção possível de cada região e, conseqüentemente, a melhor previsão das vendas consolidadas.

Custo

O custo dos produtos vendidos foi projetado com base no critério de absorção de custos de cada planta para cada divisão de negócios.

Após a definição da projeção de vendas foi projetada a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido em cada planta.

Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos indiretos de cada localidade.

Despesas

As despesas variáveis de vendas, exceto royalties, foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta.

As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos de cada localidade.

16 Fornecedores

a. Composição da conta

	Consolidado - IFRS		Controladora BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores				
No país				
Diversos	52.562	52.568	204	56
No exterior				
Diversos	56.065	28.080	-	-
	<u>108.627</u>	<u>80.648</u>	<u>204</u>	<u>56</u>

b. Por vencimento

	Consolidado - IFRS	
	2014	2013
A vencer		
1 a 30 dias	52.140	59.198
31 a 60 dias	51.055	20.141
61 a 90 dias	4.454	854
Acima de 90 dias	652	43
	<u>108.301</u>	<u>80.236</u>
Vencidos		
1 a 30 dias	217	232
31 a 60 dias	109	8
61 a 90 dias	-	2
Acima de 90 dias	-	170
	<u>326</u>	<u>412</u>
	<u>108.627</u>	<u>80.648</u>

c. Concentração da carteira

	Consolidado – IFRS			
	2014		2013	
Fornecedores (partes não relacionadas)				
Maior fornecedor	2.994	3%	3.081	4%
2º a 11º maiores fornecedores	12.507	12%	11.554	14%
12º a 50º maiores fornecedores	11.644	11%	15.491	19%
Outros fornecedores	81.482	74%	50.522	63%
Total de fornecedores (partes não relacionadas)	108.627	100%	80.648	100%

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável. Os fornecedores de curto prazo foram trazidos a valor presente em 31 de dezembro de 2014 com base na taxa SELIC e como resultado dessa avaliação não apresenta diferenças significativas, face ao curto prazo médio de pagamento, em torno de 47 dias (38 dias em 2013) da maioria dos débitos da Companhia e de suas controladas. Por esta razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado.

17 Financiamentos e empréstimos

a. Composição da conta

	2014					Total
	Custo médio			Circulante	Não circulante	
	da dívida (% a.a.)	Aval	Garantia	Principal e encargos	Principal e encargos	Principal e encargos
MOEDA ESTRANGEIRA						
Empréstimos em Pesos	26,0% a 28,5% a.a.	Vulcabras azaleia CE e Vulcabras azaleia S.A.	Carta de Crédito Standby no Banco do Brasil, Bradesco e Itaú.	71.474	-	71.474
Financiamentos Importação/Exportação	Libor + 0,55% a 4,60% a.a. ou 3,70% a.a. + 0,60% a.a.	Vulcabras azaleia CE e Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de duplicatas e nota promissória	53.962	-	53.962
Total moeda estrangeira				125.436	-	125.436

	2014				Total	
	Custo médio	Aval	Garantia	Circulante	Não circulante	Principal e encargos
	da dívida (% a.a.)			Principal e encargos	Principal e encargos	
MOEDA NACIONAL						
Cédula de Crédito Industrial	10,0% a.a. (25,0% bônus de adimplência) a CDI + 0,3% a.m	Vulcabras azaleia CE, Vulcabras azaleia SE e Vulcabras azaleia RS	Hipoteca, alienação fiduciária e garantias evolutivas	19.892	15.461	35.353
Revitaliza reestruturação	TJLP + 4,6% a.a.	Pedro Grendene/ Interveniente Verona Negócios e Participações S.A. e Vulcabras azaleia S.A.	Penhor de 59.108.541 ações ordinárias nominativas de emissão da Grendene S/A de propriedade da Verona Neg. Part. S/A.	39.921	88.646	128.567
PSI – Inovação	TJLP + 1,4% a.a. ou 4,5% a.a.	-	Fiança bancária	4.373	-	4.373
Finames	4,5% a 5,5% a.a.	Vulcabras azaleia S.A. ou Vulcabras azaleia RS	Nota promissória e alienação fiduciária	1.248	40	1.288
FINEP	TJLP + 5,0% a.a (equalização TJLP - 0,3% a.a) ou 4,0% a.a.	Vulcabras azaleia CE	-	11.023	35.815	46.838
Nota de Crédito à Exportação	115,0% a 128,0% do CDI	Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de duplicatas e títulos de capitalização	48.761	223.333	272.094
Cédula de Crédito Bancário	CDI + 0,3% a.m. ou CDI + 2,56% a 2,86% a.a.	Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de duplicatas	23.026	16.938	39.964
Revitaliza Exportação	8,0% a.a	Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de duplicatas	24.528	-	24.528
Cédula de Crédito à Exportação	CDI+0,4% a.m.	Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de duplicatas	15.100	-	15.100
Outros financiamentos Incentivados	TJLP a CDI + 0,3 a.m	-	-	20.817	5.542	26.359
Total moeda nacional				208.689	385.775	594.464
TOTAL GERAL				334.125	385.775	719.900

	2013					Total
	Custo médio	Aval	Garantia	Circulante	Não circulante	Principal e encargos
	da dívida (% a.a.)			Principal e encargos	Principal e encargos	
MOEDA ESTRANGEIRA						
Empréstimos em Pesos	26,5% a 28,5% a.a.	Vulcabras azaleia CE e Vulcabras azaleia S.A.	Carta de crédito Standby no Banco do Brasil , Bradesco e Itaú.	86.502	-	86.502
Financiamentos Importação/Exportação	Libor + 1,87% a 4,60% a.a. ou 3,70% a.a. + 0,60% a.a.	Vulcabras azaleia CE e Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de duplicatas e nota promissória	25.638	-	25.638
Total moeda estrangeira				112.140	-	112.140
MOEDA NACIONAL						
Cédula de Crédito Industrial	10,0% a.a. (25,0% bônus de adimplência) a CDI + 0,3% a.m	Vulcabras azaleia CE, Vulcabras azaleia SE e Vulcabras azaleia RS	Hipoteca, alienação fiduciária e garantias evolutivas	32.663	35.238	67.901
Revitaliza reestruturação e exportação	8% a.a. a TJLP + 4,6% a.a	Pedro Grendene/ Interveniente Verona Negócios e Participações S.A. e Vulcabras azaleia S.A.	Penhor de 59.108.541 ações ordinárias nominativas de emissão da Grendene S/A de propriedade da Verona Neg. Part. S/A.	106.334	152.487	258.821
PSI – Inovação	TJLP + 1,4% a.a. ou 4,5% a.a.	-	Fiança bancária	10.639	4.364	15.003
Finames	4,5% a 5,5% a.a.	Vulcabras azaleia S.A. ou Vulcabras azaleia RS	Nota promissória e alienação fiduciária	1.716	1.286	3.002
FINEP	5,0% a.a (equalização TJLP - 0,3% a.a) ou 4,0% a.a.	Vulcabras azaleia CE	-	11.044	46.749	57.793
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 0,4% a.m. a 131,0% do CDI	Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de duplicatas e títulos de capitalização	86.648	200.000	286.648

Cédula de Crédito Bancário	CDI + 0,3% a.m. e/ou CDI + 2,56% a 2,86% a.a.	Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de duplicatas	12.383	-	12.383
Outros financiamentos Incentivados	TJLP a CDI + 0,3% a.m	-	-	1.602	5.363	6.965
Total moeda nacional				263.029	445.487	708.516
TOTAL GERAL				375.169	445.487	820.656

Em 2014, a Companhia registrou o montante de R\$ 719.900 (R\$ 820.656 em 2013), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$ 334.125 de curto prazo e R\$ 385.775 de longo prazo (R\$ 375.169 de curto prazo e R\$ 445.487 de longo prazo em 2013) a um custo médio de 12,55%, equivalente a 108,47% do CDI (11,41%, equivalente a 105,55% do CDI, em 2013).

Em 2014, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	334.125	46%	375.169	46%
2015	-	0%	102.131	12%
2016	298.793	42%	258.465	31%
2017	56.027	8%	59.087	8%
2018	22.217	3%	17.234	2%
Após 2018	8.738	1%	8.570	1%
Não circulante	385.775	54%	445.487	54%
Total	719.900	100%	820.656	100%

b. A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 2013	263.029	445.487	112.140	-	820.656
Ingressos	94.142	-	64.393	-	158.535
Encargos	67.099	-	18.116	-	85.215
Variação monetária e cambial	-	-	4.462	-	4.462
Variação monetária e cambial Argentina	-	-	(11.208)	-	(11.208)
Transferências	59.712	(59.712)	-	-	-
Amortizações de principal	(209.873)	-	(43.949)	-	(253.822)
Pagamentos de juros	(65.420)	-	(18.518)	-	(83.938)
Saldos em 2014	208.689	385.775	125.436	-	719.900

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	326.865	577.986	130.749	-	1.035.600
Ingressos	113.251	-	223.627	-	336.878
Encargos	70.906	-	18.835	-	89.741
Variação monetária e cambial	-	-	5.617	-	5.617
Variação monetária e cambial Argentina	-	-	(10.965)	-	(10.965)
Transferências	132.499	(132.499)	-	-	-
Amortizações de principal	(309.112)	-	(237.564)	-	(546.676)
Pagamentos de juros	(71.380)	-	(18.159)	-	(89.539)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	263.029	445.487	112.140	-	820.656

c. Avais e garantias

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias, alienação fiduciária de bens, garantias evolutivas, penhor, caução de duplicatas, fiança bancária e hipoteca dos prédios industriais da Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Os financiamentos contratados em Pesos Argentinos, pela subsidiária naquele país – Vulcabras|azaleia Argentina S.A – estão garantidos por avais da controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A em Cartas de Crédito Standby.

d. Cláusulas restritivas

Alguns financiamentos contratados possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação documental e física, as aquisições de imobilizados, volumes de exportações realizadas e objetivos alçados em P&D. Essas cláusulas são controladas e vem sendo plenamente atendidas dentro dos prazos definidos nos contratos.

A Companhia e suas controladas não têm conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade ou que venha causar o não cumprimento das cláusulas restritivas.

e. Novos financiamentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, ocorreram novas contratações para capital de giro junto ao Banco Itaú BBA, totalizando R\$ 40.000 e junto ao Banco Safra, totalizando R\$ 5.000. Também foram firmados contratos de FINIMP, junto ao Banco Bradesco e Banco do Brasil, totalizando USD 9.261.

18 Provisões

A Companhia e as suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, dentre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, segue os critérios de reconhecimento das provisões estabelecido pela Deliberação CVM nº 489/05 e CPC 25, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária a divulgação de uma contingência passiva.

A análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e as classificou como circulante e não circulantes, como se segue:

a. Composição dos saldos

	Consolidado – IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Provisão para demandas judiciais e administrativas				
Cíveis	1.896	1.832	695	643
Trabalhistas	51.982	48.746	1.670	1.662
Tributárias	7.694	17.346	251	214
Provisão para indenizações	<u>15.921</u>	<u>15.357</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	77.493	83.281	2.616	2.519
Circulante	53.350	50.512	1.214	1.705
Não Circulante	24.143	32.769	1.402	814

b. Ações trabalhistas (Consolidado)

Referem-se, substancialmente, a pedidos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, insalubridade, periculosidade, férias, FGTS e aviso prévio.

c. Ações cíveis (Consolidado)

Referem-se, basicamente, a indenização por danos morais e materiais.

d. Ações tributárias (Consolidado)

Referem-se às ações em que as empresas do grupo Vulcabras|azaleia são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos : IRPJ, COFINS, PIS.

e. Provisão para indenizações

A provisão para indenizações cujo saldo em 2014 no passivo não circulante é de R\$ 15.921 (R\$ 15.357 em 2013), corresponde a provisão com base em estimativa do valor a pagar com indenizações a representantes, que poderão resultar em desembolso futuro de caixa, quando da rescisão de contrato. Os valores das indenizações foram calculados em 1/12 avos sobre as comissões pagas aos representantes até 31 de dezembro de 2008, sendo o saldo atualizado pelo índice IGP-M, refletindo valores presentes da obrigação.

Os efeitos da provisão para indenização são registrados em contrapartida do resultado na rubrica despesas com vendas.

f. Movimentação dos processos

Em 2014

		Controladora – BRGAAP		
		2013	2014	
Natureza	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Utilização	Saldo final
Cíveis	643	79	(27)	695
Trabalhistas	1.662	78	(70)	1.670
Tributárias	214	37	-	251
	2.519	194	(97)	2.616

		Consolidado – IFRS		
		2013	2014	
Natureza	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Utilização	Saldo final
Cíveis	1.832	1.374	(1.310)	1.896
Trabalhistas	48.746	17.124	(13.888)	51.982
Tributárias	17.346	(6.388)	(3.264)	7.694
Indenizações	15.357	1.752	(1.188)	15.921
	83.281	13.862	(19.650)	77.493

Em 2013

Controladora – BRGAAP				
		2012	2013	
Natureza	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Utilização	Saldo final
Cíveis	145	532	(34)	643
Trabalhistas	2.429	778	(1.545)	1.662
Tributárias	6.861	(3.582)	(3.065)	214
	<u>9.435</u>	<u>(2.272)</u>	<u>(4.644)</u>	<u>2.519</u>
Consolidado – IFRS				
		31/12/12	31/12/13	
Natureza	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Utilização	Saldo final
Cíveis	1.026	942	(136)	1.832
Trabalhistas	51.308	13.446	(16.008)	48.746
Tributárias	22.226	(1.815)	(3.065)	17.346
Indenizações	15.806	586	(1.035)	15.357
	<u>90.366</u>	<u>13.159</u>	<u>(20.244)</u>	<u>83.281</u>

Contingências

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

A composição dos valores em discussão em diversas instâncias de processos, cuja expectativa de perdas é possível, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, era como segue:

Consolidado – IFRS		
	2014	2013
Contingências		
Cíveis	1.336	10.856
Trabalhistas	35.453	29.776
Tributárias	38.352	56.145
Total	<u>75.141</u>	<u>96.777</u>

19 Patrimônio líquido (Controladora)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 565.913 está representado por 740.921.384 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal conforme demonstrado a seguir:

	Controladora – BRGAAP			
	2014		2013	
	Ações ordinárias	Total de ações	Ações ordinárias	Total de ações
Acionistas				
Gold Negócios e Participações Ltda.	149.796.072	149.796.072	149.796.072	149.796.072
Gianpega Negócios e Participações S.A.	312.885.228	312.885.228	312.885.228	312.885.228
Pedro Grendene Bartelle	87.565.919	87.565.919	144.465.919	144.465.919
Outros	190.674.165	190.674.165	133.774.165	133.774.165
	<u>740.921.384</u>	<u>740.921.384</u>	<u>740.921.384</u>	<u>740.921.384</u>

A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente, de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

b. Reservas

- Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, de suas controladas, a Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 10.432 (R\$ 11.807 em 2013).

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica ajustes de avaliação patrimonial inclui: alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável e ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de Ajuste de avaliação patrimonial é negativo em R\$10.135 (R\$ 10.442 negativo em 2013).

20 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício.

	Consolidado – IFRS	
	2014	2013
Receita operacional bruta		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	1.123.314	1.097.773
Mercado externo	344.301	431.777
Serviços prestados	5.645	4.132
	<u>1.473.260</u>	<u>1.533.682</u>
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(153.889)	(156.395)
Devoluções e abatimentos	(52.244)	(50.450)
	<u>(206.133)</u>	<u>(206.845)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.267.127</u>	<u>1.326.837</u>

21 Outras receitas operacionais, líquidas

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Receita de aluguel	2.898	2.605	5.230	4.929
Reembolso de despesas	24.121	21.679	-	-
Provisão para contingências	(19.987)	(12.143)	(337)	2.400
Venda de sucata	1.874	845	-	-
Lucro na venda de ativo fixo	2.961	7.098	-	-
Outros	(6.625)	1.212	1.168	(2.762)
	<u>5.242</u>	<u>21.296</u>	<u>6.061</u>	<u>4.567</u>

Os reembolsos de despesas decorrem, principalmente, de infra-estrutura administrativa gerada para atender as empresas na Grendene Argentina S.A. e Reebok Argentina S.A. e também reembolsos de impostos com a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda.

22 Despesas com vendas

	Consolidado – IFRS	
	2014	2013
Comissões	(36.553)	(33.738)
Fretes	(42.914)	(42.593)
PDD	(1.496)	(803)
Propaganda	(74.805)	(78.598)
Royalties	(1.672)	(6.344)
Gastos com pessoal	(19.496)	(18.289)
Gastos fixos	(15.066)	(14.960)
Gastos semi-variáveis	(4.989)	(4.056)
	<u>(196.991)</u>	<u>(199.381)</u>

23 Despesas administrativas

	Consolidado – IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Gastos com pessoal	(58.101)	(53.072)	(461)	(10)
Serviços de terceiros	(27.846)	(27.232)	(3.064)	(2.724)
Alugueis	(5.883)	(4.856)	75	349
Viagens e Estadias	(2.444)	(2.117)	(3)	(4)
Segurança	(1.834)	(1.745)	(353)	(419)
Litígios e Impostos	(1.531)	(1.444)	(350)	(270)
Informática e Telecomunicação	(3.628)	(3.918)	(2)	(16)
Energia elétrica, Água e Esgoto.	(651)	(703)	(37)	(34)
Manutenção, Limpeza e Meio ambiente.	(3.530)	(4.068)	(199)	(96)
Outros	(10.223)	(8.711)	(849)	(886)
	<u>(115.671)</u>	<u>(107.866)</u>	<u>(5.243)</u>	<u>(4.110)</u>

24 Resultado financeiro

	Consolidado – IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2014	2013	2014	2013
Despesas financeiras				
Juros	(86.415)	(90.894)	(45)	(3.430)
Variações monetárias passivas	(2.667)	(1.187)	-	-
Variações cambiais passivas	(15.122)	(25.440)	-	-
Desconto de pontualidade	(8.007)	(5.664)	-	-
Descontos concedidos	(2.081)	(1.357)	(1)	-
Tarifas bancárias	(4.751)	(4.654)	(3)	(20)
IOF	(2.117)	(2.035)	-	(140)
Outros	(12.611)	(11.211)	(2)	(2)
	<u>(133.771)</u>	<u>(142.442)</u>	<u>(51)</u>	<u>(3.592)</u>
Receitas financeiras				
Juros	4.151	5.184	267	823
Variações monetárias ativas	182	142	-	-
Variações cambiais ativas	12.597	18.019	-	-
Receita de aplicações	1.476	1.267	7	10
Descontos obtidos	926	453	4	2
Outros	64	-	-	-
	<u>19.396</u>	<u>25.065</u>	<u>278</u>	<u>835</u>
Resultado financeiro	<u>(114.375)</u>	<u>(117.377)</u>	<u>227</u>	<u>(2.757)</u>

25 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possui ações preferenciais emitidas e ações potenciais em circulação que possam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41.

O quadro a seguir apresenta os cálculos do resultado básico e diluído por ação.

	Quantidade de ações ordinárias	
	2014	2013
Resultado atribuível aos acionistas	(72.801)	(126.680)
Média ponderada das ações em circulação durante o exercício	740.921.384	471.119.146
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	(0,10)	(0,27)

26 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão identificados a seguir:

		Consolidado – IFRS			
		2014		2013	
Descrição	Classificação	Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	30.642	30.642	46.672	46.672
Aplicações financeiras	Títulos disponíveis para venda	843	843	1.227	1.227
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	399.243	399.243	354.863	354.863
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	16.287	16.287	27.619	27.619
Partes relacionadas – Ativo	Empréstimos e recebíveis	17.635	17.635	16.457	16.457
Empréstimos e financiamentos:					
Em moeda nacional	Passivo financeiro não derivativo	594.464	594.464	708.516	708.516
Em moeda estrangeira	Passivo financeiro não derivativo	125.436	125.436	112.140	112.140
Fornecedores	Passivo financeiro não derivativo	108.627	108.627	80.648	80.648
Partes relacionadas - Passivo	Empréstimos e recebíveis	167.150	167.150	-	-

Crêterios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justo (fair value)

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizados na data de 31 de dezembro de 2014.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos é calculado na data de 31 de dezembro de 2014 pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamento. Ao comparar os modelos de operações de empréstimos e financiamentos, onde as principais operações são com o BNDES, Banco do Nordeste do Brasil - BNB e FINEP encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas.

Desta forma, a Administração considera que não há diferenças significativas entre o saldo contábil e o valor justo desses empréstimos e financiamentos.

Fornecedores

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Limitações

O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

b. Níveis de valor justo

Descrição	Consolidado – IFRS		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	11.853	-	-

- (a) **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- (c) **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), dos vencimentos dos títulos e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco) (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2014, aproximadamente 15,8% (em 2013: 17 %) da receita bruta da Companhia é atribuída a operações de venda com a *Joint Operation* no Brasil e Argentina. Entretanto, geograficamente, não há concentração de risco de crédito.

A Companhia e suas controladas possuem ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 18.596 (R\$ 19.600 em 2013) representativos de 4,5% do saldo de contas a receber em aberto (5 % em 2013), para fazer face ao risco de crédito (Nota 7a).

A Companhia opera no mercado financeiro através de instituições de crédito de primeira linha, Bancos Estatais ou Agencias Governamentais de Fomento, fazendo com que o risco de crédito com as instituições financeiras seja muito baixo.

d. Risco de taxa de câmbio

i. Risco de preço

Considerando o risco de preço nas exportações que são equivalentes a 6,42% da receita de suas controladas em 31 de dezembro de 2014 (9,85% em 2013), a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração. A Companhia não tem a prática de utilizar nenhum instrumento financeiro específico para mitigar os riscos de preço. Entretanto, a Companhia tenta fazer uma política de hedge natural com ativos vinculados com risco de variação cambial.

ii. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente, do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2014, com a variação positiva de 13,39% em relação à última cotação de 2013.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tenta manter hedge natural com a manutenção de ativos vinculados, suscetíveis também, à variação cambial. A Administração não contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

Moeda dólar (US\$ mil)	Consolidado – IFRS	
	2014	2013
Ativos em moeda estrangeira (a)	58.307	60.524
Passivos em moeda estrangeira (b)	<u>(68.331)</u>	<u>(59.857)</u>
Superávit apurado (a-b)	<u><u>(10.024)</u></u>	<u><u>667</u></u>

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

- (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia e suas controladas: cotação do dólar em R\$ 2,6562 em 31 de dezembro de 2014;
- (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento e redução de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 3,3203 e R\$ 1,9922, respectivamente; e

(iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar utilizada no cenário provável é elevada e reduzida em 50%, passando a R\$ 3,9843 e 1,3281, respectivamente:

Quadro demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Câmbio - efeito resultado em 2014:

Abaixo demonstramos a variação do *déficit* no valor US\$ 10.024 conforme os cenários demonstrados acima:

Variação positiva				
Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Receita financeira	US\$ 10.024 mil	Câmbio de 2,6562	Câmbio de 3,3203	Câmbio de 3,9843
	Alta do US\$	-	(6.656)	(13.313)
Variação negativa				
Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário Remoto
Despesa financeira	US\$ 10.024 mil	Câmbio de 2,6562	Câmbio de 1,9922	Câmbio de 1,3281
	Queda do US\$	-	6.656	13.313

e. Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e suas controladas não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamento, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia e suas controladas não contratam instrumento financeiro específico para mitigar estes riscos.

Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa DI-Cetip sobre as aplicações financeiras e financiamentos atrelados a essa taxa, e da TJLP sobre parte de seus empréstimos e financiamentos que estão atrelados a essa taxa.

	Consolidado 2014
Ativos em CDI	14.376
Passivos em CDI	352.515
Passivos em TJLP	150.483

Para fins de atendimento à Deliberação no. 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo dois cenários de variação das Taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável que é o adotado pela Companhia e suas controladas, com DI-Cetip a taxa de 11,57% a.a. e TJLP a taxa de 5,00% a.a.; (ii) cenário possível, considerando um aumento e redução de 20% sobre as taxas, passando respectivamente, o DI-Cetip para 13,88% a.a. e 9,64% a.a. e a TJLP para 6,00% a.a. e 4,17% a.a.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para a data base 31 de dezembro de 2014, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva

Transação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível
Empréstimos em TJLP	150.487	TJLP a 5,00%	TJLP a 4,17%
	Alteração na Taxa	0.00	(1.249)
Empréstimos em DI	352.515	DI a 11,57%	DI a 9,64%
	Alteração na Taxa	0.00	(6.804)
Aplicações em DI	14.376	DI a 11,57%	DI a 13,88%
	Alteração na Taxa	0.00	332

Variação negativa

Transação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível
Empréstimos em TJLP	150.487	TJLP a 5,00%	TJLP a 6,00%
	Alteração na Taxa	0.00	1.505
Empréstimos em DI	352.515	DI a 11,57%	DI a 13,88%
	Alteração na Taxa	0.00	8.143
Aplicações em DI	14.376	DI a 11,57%	DI a 9,64%
	Alteração na Taxa	0.00	(277)

f. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, financiamentos e recursos dos acionistas. 46% da dívida da Companhia tem seu vencimento em menos de um ano em 31 de dezembro de 2014 (Em 2013: 46%), com base no valor registrado dos empréstimos e financiamentos refletidos nas demonstrações financeiras.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados nas Notas 17.

g. Controles relacionados aos riscos

A Companhia visa controlar os riscos mediante a avaliação dos diversos riscos, considerando riscos de crédito das contrapartes, monitoramento do nível dos ativos frente aos passivos financeiros. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante os exercícios divulgados.

h. Gestão do capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Consolidado – IFRS	
	2014	2013
Financiamentos, empréstimos e financiamentos incentivados	719.900	820.656
Caixa e equivalentes de caixa	(30.642)	(46.672)
Aplicações financeiras	(11.853)	(12.247)
Dívida líquida	677.405	761.737
Patrimônio líquido	61.009	133.474

27 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas não fazem parte de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas em 31 de dezembro de 2014 são resumidos a seguir:

Objeto	Risco coberto	Valor de cobertura
Patrimonial	Incêndio, danos elétricos, vendaval, valores bens/mercadorias, equipamentos, lucros cessantes	110.000
Lucros cessantes	Despesas fixas (P.I. 3 meses)	60.000
D&O	Responsabilidade civil de executivos	20.000
RC Geral	Responsabilidade civil geral	2.000
Veículos leves	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	35.700
Veículos pesados	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	9.450
Transporte internacional – Exportação	Limite por embarque – Mercadorias	7.918
Transporte nacional	Limite por embarque – Mercadorias	2.000
		<hr/> 247.068 <hr/>

28 Subvenções e assistência governamental

a. *Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.*

A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem incentivo de isenção e redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração para diferentes níveis de produção encerrando-se em 2016.

A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é beneficiária de incentivo fiscal incondicional concedido pelo Governo do Estado do Ceará nas modalidades abaixo:

- **PROVIN** - Programa de Incentivos ao Funcionamento de Empresas mediante operações do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará:
 - **PROVIN calçados e confecções** - Refere-se ao incentivo fiscal como contrapartida de um programa, já realizado pela Companhia, de investimentos fixos e geração de empregos.

Os contratos relativos a este programa têm como prazo final agosto de 2021 e junho de 2022.

- Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

b. Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.

A controlada indireta Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é beneficiária do incentivo fiscal do Programa de Incentivos à Centrais de Distribuição de Mercadorias do Ceará - PCDM. Este incentivo tem prazo final em outubro de 2016.

c. Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A controlada Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem incentivo de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, encerrando-se em 2017.

A controlada Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, que a considerou como de interesse para o desenvolvimento do Nordeste e, consequentemente, merecedora dos seguintes incentivos estaduais pelo Governo do Estado da Bahia:

- Crédito presumido do ICMS nas operações de saídas de calçados e seus componentes, produzidos na Bahia de 99% até o ano de 2017.
- **PROCOMEX** - Crédito fiscal de ICMS referente ao valor FOB das operações de exportação de produtos fabricados na Bahia até o ano de 2014.
- Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

d. Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

A controlada Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem incentivo de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, encerrando-se em 2017.

PSDI- Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial- A controlada Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. possui protocolo de intenções firmado com o Estado de Sergipe, que lhe garante, até o ano de 2029, os seguintes incentivos fiscais:

- Diferimento de 75% do ICMS apurado e carência de 15 anos para o pagamento dos 25% restantes. Incentivo válido até 1º de junho de 2029.
- Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

e. Reiziger Participações Ltda.

A controlada indireta Reiziger Participações Ltda., possui projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo do PROBAHIA e, consequentemente, merecedora dos seguintes incentivos estaduais pelo Governo do Estado da Bahia:

- Crédito presumido do ICMS nas operações de saídas de calçados e seus componentes, produzidos na Bahia de 99% até o ano de 2027.
- Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, insumos, material secundário e de embalagem, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

f. Consolidado

O montante dos incentivos fiscais estaduais, referentes ao ICMS foi registrado na conta de Deduções - Impostos sobre vendas, reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial.

Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas	Montante do incentivo no consolidado	Participação %	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
			2014	2013
Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	60.722	99,99	60.716	59.162
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	1.950	100,00	1.950	1.200
Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	38.434	100,00	38.434	41.820
Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	3.806	100,00	3.806	7.041
	<u>104.912</u>		<u>104.906</u>	<u>109.223</u>

29 Informação por segmento

As informações de vendas brutas no mercado externo e interno, por região geográfica, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior, e podem ser assim apresentadas:

Vendas brutas mercado externo e interno a partir de:	Consolidado – IFRS	
	2014	2013
Brasil	1.127.608	1.100.887
Argentina	244.394	331.686
Outros países	101.258	101.109
Total	<u>1.473.260</u>	<u>1.533.682</u>

Os ativos não circulantes de cada região geográfica estão demonstrados a seguir:

Ativos não circulantes mercado externo e interno a partir de:	Consolidado – IFRS	
	2014	2013
Brasil	496.507	535.793
Argentina	34.601	42.975
Outros países	10.977	15.230
Total	<u>542.085</u>	<u>593.998</u>

Composição do Conselho de Administração

Pedro Grendene Bartelle - Presidente
Alexandre Grendene Bartelle - Vice Presidente
Hector Nunez - Conselheiro
Roberto Faldini - Conselheiro Independente

Composição da Diretoria

Leonardo Horta Rodrigues – Presidente
Wagner Benedicto de Lima – Diretor Administrativo e de Finanças
Flávio de Carvalho Bento - Diretor Industrial
José Augusto Pereira de Oliveira – Diretor de Supply Chain
Marco Antonio Sá Martins - Diretor de Operações - Argentina
Pedro Bartelle - Diretor de Marketing

Diretor de Relações com Investidores

Leonardo Horta Rodrigues

Responsável técnico

Manoel Damião da Silveira Neto
Contador CRC 1RJ052266/O-2 “S”-SP